

Sacrifício e austeridade em 83

Galvêas anuncia contenção como única forma de reajustar o déficit e obter um saldo de US\$6 bilhões no ano que vem

O Governo já começou a montar as medidas de controle econômico para 1983. Na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que será realizada no dia 20 deste mês, o Governo deverá apresentar um programa para acelerar o processo de reajustamento do déficit de transações correntes — balança comercial, serviços e transferências unilaterais — para, no mínimo, US\$ 8 e, no máximo, US\$ 8,5 bilhões, e obter um superávit de 5 a 6 bilhões de dólares na balança comercial. Isso terá como consequência a redução da dependência brasileira do mercado financeiro internacional.

A informação foi prestada ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Para conseguir executar essas medidas, explicou, o Brasil tem de exportar mais, e "possivelmente importar menos; o que representa um processo de ajustamento também dentro da economia, que pode custar algum sacrifício. Mas, é, realmente, um esforço que requer da comunidade brasileira, numa hora de dificuldades". Galvêas ressaltou que "esse é um momento de dificuldades e nós esperamos que este programa tenha bastante compreensão de todos os setores".

Para o ministro Galvêas, esses são objetivos muito difíceis de serem cumpridos, mas tudo que o Governo fizer tem de caminhar na direção dos dois parâmetros anunciados. Mas, em cima disso tudo, o Governo vai trabalhar na expectativa da queda das taxas de juros. Em contrapartida, ele espera a recuperação dos preços dos produtos primários, assinalou o ministro, acrescentando que existem outros fatores que podem atuar favoravelmente para tornar esse programa mais simples. "Talvez até essas duas coisas acontecerem, sentença, a solução passe a ser encontrada com um mínimo de sacrifício".

Com a queda dos juros e o aumento da demanda dos produtos primários — a recuperação das commodities — e a reabertura dos mercados novos, que reduziram consideravelmente as exportações brasileiras e a redução dos preços do petróleo, explicou o ministro, são basicamente os dois fatores que podem contribuir para a execução do programa, para que

ele atinja o resultado esperado. Se esses fatores não acontecerem, acrescentou Galvêas, "nós vamos procurar de todos os modos, todos os caminhos, para chegar até lá. Há uma determinação firme do governo de reduzir a dependência da economia brasileira dos mercados financeiros internacionais, e a única forma de realizar esses objetivos é reduzir o déficit em transações correntes".

O ministro Galvêas não quis informar qual será o déficit em transações correntes para este ano, e disse apenas que os números ainda não estão prontos, por que faltam três meses para encerrar o ano. A previsão no início deste ano, feito pelo CMN, era a de que o Brasil deveria fechar 1982 com um déficit de US\$ 11 bilhões, mas as últimas estimativas indicam que o fechamento deverá ficar em torno de US\$ 14,3 bilhões. Se o governo quiser cumprir realmente a sua meta, de reduzir para US\$ 8 a 8,5 bilhões, terá de reduzir o déficit em termos percentuais entre 40 e 43%.

Por outro lado, apesar de afirmar que o governo tem de reduzir os custos de produção, e concentrar os esforços nas exportações, o ministro Galvêas, negou que sejam feitos cortes drásticos nas exportações de petróleo, afastando também a possibilidade de racionamento de gasolina. Aliás, segundo explicações do ministro, todas as vezes que o governo toma medidas para restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos, há uma certa distorção das informações, desmerecendo "o alcance da política que o governo pretende implementar". Isso significa uma "tolice", em sua opinião.

Para conseguir os objetivos, o ministro Galvêas disse, em tom severo, que é preciso que se fale menos, para não prestar "um desserviço de estar toda hora com essas questões que produzem uma imagem negativa no exterior, como as conversas sobre renegociações da dívida e falar sobre dificuldades da economia brasileira". Os repórteres rebateram a afirmativa do ministro, argumentando que ninguém falava mais nisso. Galvêas retrucou que "só se fala nisso. Os jornais de domingo só têm informações sobre isso".

O ministro Galvêas afirmou que até o final do ano não ocorrerá outras mudanças na economia para este ano. As medidas serão as já anunciadas, garantiu Galvêas, ressaltando que "não há muita coisa para mudar. Não vamos mudar grandes coisas. A ideia é aprimorar e endurecer com o que já está desenhado, dentro de nossa política econômica, tanto na área monetária, quanto fiscal".

Se as medidas vão ou não afetar o crescimento econômico no próximo ano, Galvêas recusou-se a responder, afirmando apenas que isso já tinha sido dito pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto. Ele também disse, ao ser indagado sobre a evolução do Produto Interno Bruto, que isso também é assunto

de Delfim. Ele negou uma possível estatização do sistema bancário, e afirmou em tom de picardia que essas medidas não significam o "pacote de novembro", que sairá após as eleições. Ele acha que a palavra "pacote" é uma desmoralização para as alternativas governamentais para controlar a economia brasileira.

Todas as medidas foram e serão tomadas diante das condições do mercado financeiro internacional. Galvêas voltou na semana passada de Nova Iorque. Ele informou que teve contatos com os banqueiros internacionais e conversaram sobre os problemas da economia mundial. Nas conversas ficou evidenciado que está ocorrendo uma melhora no setor financeiro internacional.

Pêcora adverte para futuro difícil

O ministro interino do Planejamento, José Flávio Pêcora, disse ontem, à noite, que em 83, o quadro econômico será difícil, mas negou que isso venha configurar uma nova recessão. Ao ser indagado se as medidas de maior austeridade econômica — algumas já sendo praticadas (como o corte nas importações e mais rigor no orçamento das empresas estatais e outras em estudo) — estariam determinando uma nova recessão no ano que vem, Pêcora observou que "vão existir dificuldades, mas não vai ter nada dramático".

O ministro interino da Seplan afir-

mou, entretanto, que 83 será um ano marcado pela austeridade econômica, de dificuldades administrativas e de um crescimento econômico moderado, cujo desempenho, assinalou, será baseado na expansão da agricultura.

Pêcora não quis comentar, em detalhes, a declaração do ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, de que, no próximo ano, o País buscará um superávit de 5 a 6 bilhões de dólares em sua balança comercial. Limitou-se a dizer que a meta "é aumentar o superávit da balança comercial".

Governo prevê recuperação do mercado

Depois de paralisadas por 20 dias — entre o dia primeiro e 20 do mês passado —, as condições do mercado financeiro internacional estão melhorando. A informação é do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, baseado em dados transmitidos por banqueiros estrangeiros, em Nova Iorque, de onde retornou na semana passada.

Galvêas explicou o conteúdo de sua reunião com o Secretário de Estado americano, George Schultz, na última quarta-feira, juntamente com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, por sugestão do Presidente Figueiredo, depois de discurso na segunda-feira, proferido na abertura da 37ª Assembleia da Organização das Nações Unidas — ONU. A visita, explicou Galvêas, "foi de cortesia".

Durante a reunião, foram discutidos os problemas de relacionamento entre os dois países, segundo Galvêas, e os ministros brasileiros assinalaram rapidamente o que era a Comissão para

Concessão de Benefícios fiscais a Programas Especiais de Exportação (Beneflex), e o significado do crédito-prêmio. Segundo o ministro, ainda, esses temas foram discutidos porque existem muitas indagações e discussões do Departamento de Comércio Americano sobre os seus mecanismos.

Por outro lado, houve encontros "casuais" com alguns banqueiros americanos, como o presidente do Manufactures Hanover, do Trust, do Citibank e do Morgan. Nessas reuniões, os banqueiros transmitiram a Galvêas o seu otimismo quanto a uma recuperação das operações do mercado internacional, que ficou parado durante 20 dias.

A reação dos banqueiros, na opinião de Galvêas, foi muito natural, diante da crise do México, Argentina e, de certa forma, do Brasil. Em relação ao nosso país, o ponto negativo decorreu das notícias de renegociação de sua dívida externa, que está na casa dos US\$ 87 bilhões.